

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>240.572.613,84</b>	<b>285.670,68</b>	<b>240.858.284,52</b>
Pessoal Ativo	195.449.613,66	244.764,08	195.694.377,74
Pessoal Inativo e Pensionistas	45.123.000,18	40.906,60	45.163.906,78
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>39.493.003,55</b>	<b>265.686,40</b>	<b>39.758.689,95</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	403.011,35	246.763,82	649.775,17
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	39.089.992,20	18.922,58	39.108.914,78
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>201.079.610,29</b>	<b>19.984,28</b>	<b>201.099.594,57</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>656.857.642.623,16</b>		
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,030612%</b>	<b>0,000003%</b>	<b>0,030615%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,057479%</b>		<b>377.555.204,40</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,054605%</b>		<b>358.677.444,18</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,051731%</b>		<b>339.799.683,96</b>

FONTE: SIAFI GERENCIAL/TRT14ª SOF/SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA, 18/09/2015 AS 14:30

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Indireta foi de R\$ 446.459,86 e Despesas com Precatório da Administração Direta foi de R\$ 3.266.866,28

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque): despesas liquidada R\$ 2.831.296,01

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ  
 DESEMBARGADOR PRESIDENTE

OSVALDO SILVA  
 DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS EM SUBSTITUIÇÃO

REGINA SOCORRO FREITAS ZOGHBI RIVOREDO  
 DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA EM SUBSTITUIÇÃO

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA  
 SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS